



CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO
TÉCNICA PEDAGÓGICA – SUPERVISOR**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Didática
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CANELA - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO
GRANDE DO SUL

Profissional do Magistério
com Habilitação Técnica
Pedagógica – Supervisor

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: SL-224JL-26
7901183003716

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	17
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	24
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	27
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	31
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	35
7. Figuras de linguagem.....	38
8. Funções da linguagem.....	41
9. Variação linguística.....	42
10. Adequação comunicativa.....	43
11. Ortografia oficial.....	47
12. Acentuação gráfica.....	51
13. Classes de palavras e seus empregos morfosintáticos.....	53
14. Estrutura e formação de palavras.....	62
15. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	65
16. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	68
17. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	72
18. Concordância nominal e verbal.....	75
19. Regência nominal e verbal.....	79
20. Emprego da crase.....	83
21. Colocação pronominal.....	85
22. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	86
23. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	89
24. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular.....	91
25. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.....	95

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	117
2. Teorias da aprendizagem.....	123
3. Tendências pedagógicas.....	128
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	129
5. Função social da escola e papel do professor.....	133
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	137
7. Projeto Político-Pedagógico.....	141
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	143
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	147
10. Relação entre teoria e prática.....	151

1. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	155
2. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	159
3. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	162
4. Tecnologias digitais aplicadas à educação	167
5. Educação integral.....	171
6. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	172
7. Alfabetização e letramento.....	176
8. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	177
9. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	181
10. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	185
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	232
12. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	251
13. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	291
14. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	306

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação

Técnica Pedagógica – Supervisor

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da supervisão escolar; papel do Supervisor Escolar na organização, acompanhamento e qualificação do processo educativo	315
2. Atribuições, responsabilidades e limites de atuação do Profissional do Magistério com Habilitação Técnico Pedagógica – Supervisor	319
3. Supervisão escolar na perspectiva democrática, participativa, formativa, inclusiva e emancipatória; planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico; organização do processo de ensino e aprendizagem na educação básica	324
4. Projeto Político-Pedagógico: elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão coletiva	328
5. Currículo escolar, organização curricular, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento	332
6. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua articulação com o currículo municipal e o planejamento docente	336
7. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	340
8. Planejamento pedagógico: planos de ensino, planos de aula, sequências didáticas, projetos pedagógicos e registros escolares; acompanhamento da prática docente e orientação pedagógica aos professores	350
9. Formação continuada de professores em serviço;	354
10. Observação, análise, devolutiva e intervenção pedagógica na prática educativa	358
11. Metodologias de ensino, metodologias ativas, aprendizagem significativa, ensino por projetos e práticas inovadoras	362
12. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, processual, somativa, institucional e externa; instrumentos, critérios, registros, pareceres, rubricas, recuperação paralela e intervenções pedagógicas.....	367
13. Análise de resultados de aprendizagem, indicadores educacionais, frequência, rendimento, evasão, infrequência e permanência escolar.....	372
14. Estratégias de enfrentamento ao fracasso escolar, distorção idade-série, baixo rendimento e abandono.....	376
15. Alfabetização, letramento, numeramento e acompanhamento das aprendizagens essenciais	381
16. Educação inclusiva, acessibilidade, diversidade e atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e necessidades educacionais específicas; articulação com o Atendimento Educacional Especializado – AEE e apoio ao professor na flexibilização curricular e nas adaptações metodológicas	385

ÍNDICE

1. Gestão democrática, participação coletiva, conselhos escolares, reuniões pedagógicas e conselhos de classe.....	389
2. Organização, condução e registro de reuniões pedagógicas, formações, planejamentos e avaliações institucionais	393
3. Mediação de conflitos no ambiente escolar e promoção de convivência democrática	397
4. Relação entre escola, família e comunidade.....	401
5. Comunicação institucional, escuta qualificada, acolhimento e trabalho colaborativo; articulação entre direção, orientação educacional, professores, estudantes, famílias e rede de apoio; acompanhamento da execução do calendário escolar, carga horária, dias letivos, atividades pedagógicas e documentação escolar	405
6. Constituição Federal de 1988	409
7. Legislação educacional aplicada à educação básica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	413
8. Estatuto da Criança e do Adolescente	413
9. Plano Nacional de Educação	413
10. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	413
11. Políticas públicas educacionais, inclusão escolar, proteção integral e direitos de aprendizagem	432
12. Educação para as relações étnico-raciais, educação para as relações étnico-raciais, cultura indígena, africana e afro-brasileira	436
13. Direitos humanos, cidadania, sustentabilidade, diversidade cultural, ideologia de gênero e combate ao preconceito	440
14. Uso pedagógico de tecnologias digitais, recursos educacionais, sistemas educacionais e dados educacionais	444
15. Elaboração de relatórios, pareceres, atas, registros, planos de ação e documentos pedagógicos; acompanhamento de programas, projetos, avaliações externas, avaliações internas e ações de melhoria da qualidade do ensino	448
16. Ética profissional, sigilo, responsabilidade, postura institucional e compromisso com a aprendizagem dos estudantes ...	452
17. Liderança pedagógica, trabalho em equipe, tomada de decisões, organização administrativa-pedagógica e promoção de ambiente escolar acolhedor, inclusivo, seguro e favorável à aprendizagem	456

Material Digital

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
6. Plano Municipal de Educação de Canela	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	142
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	165

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLO- GICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

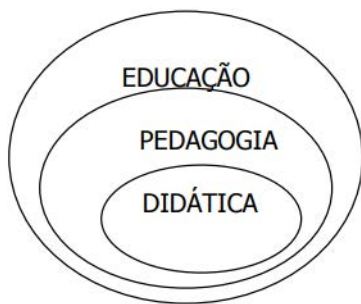
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando-lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR; PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO PROCESSO EDUCATIVO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

Os fundamentos históricos da supervisão escolar revelam que essa função passou por mudanças significativas ao longo do tempo. Em suas origens, a supervisão esteve muito ligada à inspeção, ao controle e à verificação do cumprimento de normas. A escola era vista como instituição que deveria seguir programas definidos de modo centralizado, e o supervisor ou inspetor tinha a tarefa de fiscalizar se professores e unidades escolares cumpriam determinações administrativas.

Essa fase fiscalizadora refletia modelos educacionais mais hierarquizados. O trabalho docente era frequentemente tratado como execução de ordens, e a supervisão aparecia como mecanismo de controle externo. O foco estava na disciplina institucional, na padronização de procedimentos e no cumprimento de conteúdos prescritos. Pouco se valorizava a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica ou a participação dos professores nas decisões.

Com as transformações sociais, políticas e educacionais, especialmente a valorização da escola democrática e do direito à educação, a supervisão passou a ser repensada. A educação deixou de ser entendida apenas como transmissão de conteúdos e passou a ser vista como processo de formação humana, social, cultural e cidadã. Nesse contexto, a supervisão escolar precisou abandonar a lógica puramente fiscalizadora e assumir caráter formativo.

A crítica ao modelo autoritário de supervisão foi importante para redefinir o papel do supervisor. Em vez de atuar como controlador do professor, o supervisor passou a ser compreendido como parceiro pedagógico, articulador do trabalho coletivo e mediador da melhoria da prática educativa. Essa mudança não significa ausência de acompanhamento ou responsabilidade, mas uma mudança no sentido do acompanhamento: de controle punitivo para orientação formativa.

A história da supervisão também se relaciona ao desenvolvimento da gestão escolar. Com a ampliação da educação básica, a diversificação do público atendido e o aumento das demandas sociais sobre a escola, tornou-se necessário organizar melhor o trabalho pedagógico. Planejamento, currículo, avaliação, formação continuada, inclusão, análise de resultados e relação com a comunidade passaram a exigir profissionais com visão ampla do processo educativo.

Outro ponto histórico relevante é a profissionalização das funções técnico-pedagógicas. A supervisão escolar passou a ser reconhecida como área de atuação que exige formação específica, conhecimento pedagógico, domínio da legislação educacional, capacidade de liderança, comunicação, planejamento e análise institucional. O supervisor não é apenas um professor deslocado para uma função administrativa; é um profissional com responsabilidades próprias na organização pedagógica da escola.

A evolução histórica também mostra que a supervisão acompanha as mudanças nas teorias educacionais. Concepções tradicionais, tecnicistas, críticas, construtivistas, sociointeracionistas e inclusivas influenciaram a forma de compreender ensino, aprendizagem e acompanhamento pedagógico. Hoje, espera-se que a supervisão contribua para práticas mais reflexivas, democráticas e voltadas ao direito de aprender.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

Os fundamentos filosóficos da supervisão escolar dizem respeito às concepções de ser humano, conhecimento, educação, sociedade e formação que orientam a prática supervisora. Toda ação pedagógica carrega uma visão de mundo. Quando o supervisor orienta o planejamento, acompanha a prática docente ou propõe uma formação, ele parte de determinada compreensão sobre o que significa ensinar, aprender e formar sujeitos.

Uma concepção humanista de educação compreende o estudante como sujeito integral, dotado de história, cultura, emoções, linguagem, capacidades e direitos. Nessa perspectiva, a supervisão escolar não pode reduzir a aprendizagem a notas, conteúdos isolados ou resultados numéricos. Deve considerar o desenvolvimento intelectual, social, afetivo, ético e cultural dos estudantes. A escola existe para formar pessoas, e não apenas para cumprir programas.

A filosofia da educação também questiona a finalidade do conhecimento escolar. O conhecimento não deve ser tratado como informação morta ou repetição mecânica. Ele precisa ajudar os estudantes a compreender o mundo, interpretar a realidade, desenvolver pensamento crítico e participar da vida social. A supervisão escolar, portanto, deve incentivar práticas pedagógicas que deem sentido ao conhecimento, relacionando conteúdos escolares a problemas, contextos e experiências.

Outro fundamento filosófico importante é a ideia de autonomia. A educação deve contribuir para formar sujeitos capazes de pensar, argumentar, decidir, conviver e agir de forma responsável. Isso vale para estudantes e também para professores. O supervisor não deve anular a autonomia docente, mas fortalecê-la por meio do diálogo, da reflexão e da qualificação profissional. Orientar não é mandar; é construir caminhos com base em critérios pedagógicos.

A supervisão escolar também se fundamenta em uma concepção ética da educação. A escola é espaço de relações humanas, e essas relações precisam ser orientadas por respeito, justiça, solidariedade, responsabilidade e compromisso com a dignidade de todos. O supervisor tem papel importante na construção de uma cultura institucional ética, combatendo discriminações, exclusões, humilhações e práticas que neguem direitos.

Do ponto de vista epistemológico, ou seja, da teoria do conhecimento, a supervisão precisa reconhecer que aprender não é apenas receber informações. A aprendizagem envolve interação, problematização, mediação, construção de sentidos, retomada de conhecimentos prévios, linguagem e participação ativa. Por isso, o supervisor deve apoiar metodologias que favoreçam compreensão, investigação, argumentação e produção de conhecimento.

A filosofia também ajuda a compreender que a escola não é neutra. Toda escolha curricular, avaliativa e metodológica expressa valores e prioridades. Escolher determinados conteúdos, silenciar outros, valorizar certos saberes ou ignorar culturas locais são decisões com implicações formativas. O supervisor precisa atuar com consciência crítica diante dessas escolhas.

Outro fundamento filosófico é a concepção emancipatória de educação. A escola deve ampliar possibilidades de vida, e não apenas reproduzir desigualdades. A supervisão escolar deve contribuir para que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento, especialmente aqueles historicamente excluídos ou em situação de vulnerabilidade.

FUNDAMENTOS SOCIAIS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

A supervisão escolar possui fundamentos sociais porque a escola está inserida em uma sociedade marcada por diversidade, desigualdades, conflitos, transformações culturais e diferentes condições de vida. O supervisor escolar precisa compreender que os processos de ensino e aprendizagem não acontecem isoladamente. Eles são influenciados por fatores familiares, econômicos, culturais, territoriais, emocionais, tecnológicos e institucionais.

A escola atende estudantes com histórias diversas. Há estudantes com diferentes ritmos de aprendizagem, repertórios culturais, condições socioeconômicas, experiências familiares, necessidades educacionais específicas, pertencimentos étnico-raciais, religiosos e linguísticos. Essa diversidade deve ser reconhecida como parte constitutiva da vida escolar. A supervisão não pode propor um modelo único de estudante, professor ou família.

As desigualdades sociais impactam diretamente a aprendizagem. Insegurança alimentar, falta de acesso a materiais, trabalho infantil, violência, deslocamento difícil, ausência de rotina de estudos, problemas de saúde e vulnerabilidades familiares podem interferir no desempenho escolar. O supervisor precisa ajudar a escola a interpretar esses fatores sem transformar desigualdade social em culpa individual do estudante.

Isso significa que o acompanhamento pedagógico deve ser sensível ao contexto. Baixo rendimento, infrequência ou desmotivação não devem ser vistos apenas como falta de esforço. É necessário investigar causas, dialogar com professores, famílias e rede de apoio, além de propor intervenções pedagógicas e institucionais. A supervisão contribui para que a escola responda de modo organizado aos desafios sociais.

A função social da escola é garantir acesso ao conhecimento sistematizado e promover formação humana. O supervisor escolar atua para que essa função seja cumprida. Ele ajuda a organizar o currículo, acompanhar o planejamento, analisar resultados e propor ações que ampliem o direito de aprender. Sua atuação tem impacto social porque contribui para reduzir desigualdades educacionais.

A supervisão também deve valorizar os saberes da comunidade. O conhecimento escolar é fundamental, mas não deve desprezar experiências, memórias, culturas e práticas sociais presentes no território. Projetos pedagógicos podem dialogar com história local, manifestações culturais, problemas ambientais, profissões, trajetórias familiares e espaços comunitários. O supervisor pode incentivar essa articulação.

Outro aspecto social é a convivência escolar. A escola é espaço de encontro entre sujeitos diferentes. Por isso, conflitos, preconceitos e tensões podem surgir. O supervisor participa da construção de práticas de convivência democrática, respeito mútuo, escuta qualificada e mediação de conflitos. Esse trabalho contribui para formar estudantes capazes de viver em sociedade.

A supervisão escolar também se relaciona com a inclusão social. Estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades, dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas precisam de apoio, acessibilidade e flexibilização pedagógica. O supervisor ajuda a articular professores, Atendimento Educacional Especializado, famílias e equipe escolar para garantir participação e aprendizagem.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!